

Documento Base para a Política Estadual de Museus

No Brasil e no Estado de São Paulo em particular, o setor museológico passa por um processo de regulação e de formulação de políticas públicas, constituído a partir de um amplo debate com instituições públicas e privadas e profissionais do setor.

Criado em 1986, o Sistema Estadual de Museus (SISEM-SP) tem a atribuição de promover a articulação e o desenvolvimento técnico dos museus paulistas, em favor da preservação e da difusão do patrimônio museológico e da valorização da cultura e da cidadania.

Desde 2009, a partir das premissas do Estatuto de Museus, o Grupo Técnico de Coordenação do SISEM-SP (GTC SISEM-SP) dedicou-se a estruturação de suas instâncias participativas, o fortalecimento de parcerias e a discussão sobre suas linhas de ação.

Nesse processo, foram estabelecidos o Encontro Paulista de Museus, o Grupo de Trabalho dos Representantes Regionais e o Conselho de Orientação do SISEM-SP. A equipe técnica concentrou-se, também na redefinição das linhas de ação do SISEM-SP. Com a participação do grupo de Representantes Regionais, foram consolidadas cinco linhas de ação: Articulação, Apoio técnico, Comunicação, Formação, Fomento.

Em junho de 2013, a partir desse processo, iniciou-se um debate com a comunidade museológica paulista. No 5º Encontro Paulista de Museus (5EPM) foram realizadas reuniões de oito macrorregiões, congregando por proximidade geográfica as Regiões Administrativas e Metropolitanas do Estado de São Paulo.

Cada macrorregião elaborou até três propostas para cada linha de ação do SISEM-SP, fazendo-se a ressalva de que a linha "apoio técnico" foi convertida na ocasião para a denominação "fortalecimento institucional". Como resultados dessas reuniões foram apontadas 200 propostas.

As propostas formuladas pelas macrorregiões, devidamente consolidadas pela equipe técnica, permaneceram disponíveis para consulta no site do SISEM-SP para receber mais contribuições do setor museológico. Esse documento inicial foi denominado "Subsídios para a Política Estadual de Museus".

Em setembro desse mesmo ano, a adesão do Estado de São Paulo ao Sistema Nacional de Cultura trouxe a necessidade de uma integração das discussões do setor museológico com os demais setores da cultura. Configurou-se uma grande oportunidade para que as propostas consolidadas a partir do 5EPM pudessem integrar as discussões nas conferências municipais e intermunicipais de cultura que aconteceram no decorrer de 2013.

O 5EPM foi, ainda, reconhecido pelo Ministério da Cultura como Conferência Livre e, dessa forma, as propostas elaboradas pelas macrorregiões e consolidadas pelo GTC SISEM-SP foram integradas à pauta de discussão da Conferência Nacional

de Cultura em dezembro de 2013. Para tanto, as propostas foram reclassificadas dentro dos eixos e sub-eixos propostos pela Conferência. Dos 12 sub-eixos, três permaneceram sem contribuições, pois não haviam recebido propostas que fossem condizentes.

Dando continuidade a esse processo, no 7º Encontro de Representantes Regionais do SISEM-SP em março de 2014, foi realizada nova discussão e revisão das propostas. Além da participação dos Representantes Regionais, foram convidados os membros do Conselho de Orientação do SISEM-SP, os diretores de museus e outras importantes instâncias (SISEB, ProAC) vinculadas a Secretaria de Estado da Cultura e representantes de entidades do setor museal (ICOM-Brasil, Comitê Paulista do Escudo Azul, PPGMUS-USP, COREM 4R).

Esse grupo representativo efetuou a revisão das propostas encaminhadas à Conferência Nacional de Cultura, tendo ainda a possibilidade de acrescentar novas propostas aos sub-eixos não contemplados no primeiro documento e que estão incluídas neste Documento Base.

O "Documento Base para a Política Estadual de Museus" servirá como referência para os debates com os diferentes segmentos da cultura nas próximas discussões da Política Estadual de Cultura e seus consequentes desdobramentos. Com este Documento, o setor museal também ampliará o debate com outros setores das políticas públicas – da educação e turismo ao desenvolvimento e a pesquisa científica –, problematizando as potencialidades dos museus e sua contribuição para sociedade, por meio da preservação do patrimônio e da memória.

Mostram-se aqui presentes dois princípios de orientação que permeiam todo o processo de elaboração da Política Estadual de Museus: a matriz participativa e a permeabilidade das ações de museus em outros setores. O diálogo intersetorial e o diálogo interinstitucional devem ser uma constante no processo.

Waldisa Rússio já preconizava que "a interdisciplinaridade deve ser o método de pesquisa e de ação da Museologia e, portanto, o método de trabalho nos museus e cursos de formação de museólogos e funcionários de museu". Assim, devemos considerar em nossas políticas públicas os temas que tangenciam questões referentes à administração, às finanças, à educação e a diversos outros setores.

As propostas consolidadas, nesse amplo processo de consulta estabelecido desde 2013, foram analisadas e agrupadas em seis eixos programáticos que abordam questões essenciais da ação do setor museológico:

1. Gestão do campo museológico (ações referentes às discussões estruturais, passando por institucionalização, orçamento e quadro de pessoal)
2. Ações de democratização de acesso (ações referentes a estudos de público e não-público, ações educativas, ações de formação e ampliação de público)
3. Formação e capacitação dos profissionais de museus (ações referentes à qualificação dos profissionais atuantes e também à formação de mais profissionais especializados)

4. Melhoria de infra-estruturas dos museus (ações referentes à edificação, equipamentos e softwares)
5. Financiamento e fomento para museus (ações referentes à garantia de sustentabilidade econômico-financeira dos museus)
6. Gestão da salvaguarda de acervos (ações referentes à documentação, conservação preventiva, políticas de acervos)

A partir da definição desses eixos programáticos, consideradas as propostas elaboradas no documento "Subsídios para a política estadual de museus", já revisadas e ampliadas (ver anexo A), este Documento Base se propõe a instrumentalizar a continuidade das discussões para a elaboração da Política Estadual de Museus e do Plano Estadual de Museus, que deverão ser coerentes com as etapas de formulação da Política Estadual de Cultura.

ANEXO A

Eixo	Sub-eixo	Proposta
<p>CNC/ Eixo I – Implementação do Sistema Nacional de Cultura PNSM/ Eixo V – Gestão e institucionalidade da cultura</p>	<p>1. Marcos legais, participação e controle social e funcionamento dos sistemas municipais, estaduais/DFe setoriais de cultura, de acordo com os princípios constitucionais do SNC.</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Estimular a criação e implantação de sistemas municipais de museus • Promover a criação ou revisão dos planos museológicos • Estimular a criação de associações de amigos do museu e Conselhos de Orientação • Propor legislação específica que regulamente o funcionamento de museus em âmbito estadual
	<p>2. Qualificação da Gestão cultural: desenvolvimento e implementação de planos territoriais e setoriais de cultura e formação de gestores, governamentais e não governamentais, e conselheiros de cultura.</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Promover ações de sensibilização de gestores públicos sobre o papel dos museus, visando esclarecer o papel dos museus como espaço de preservação da memória com fins à reflexão crítica do presente e, suas necessidades como instituição de caráter perene, para sua correta operação (estrutura física e organizacional, estrutura de profissionais necessário e definições orçamentárias). • Estimular a criação de cursos de formação continuada em diferentes níveis para gestores e promover a publicação de guias de procedimentos de rotinas de trabalho museológico, a serem disponibilizadas gratuitamente na rede mundial de computadores.
	<p>3. Fortalecimento e operacionalização dos sistemas de financiamento público da cultura: orçamentos públicos, fundos de cultura e incentivos fiscais</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Estimular a criação de editais específicos para a área de museus, de modo a contemplar a complexidade envolvida no gerenciamento das entidades museológicas. • Oferecer mecanismos que ampliem a participação dos museus na política de incentivos fiscais à cultura promovida pelas esferas federal, estadual e municipal de cultura. • Criar mecanismos para que o Fundo Estadual e fundos municipais de cultura efetuem repasses para o setor museológico mediante políticas de contrapartida.
	<p>4. Sistemas de informação cultural e governança colaborativa</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Desenvolver ferramentas visando a integração e o intercâmbio de informações dos museus, garantindo assim projetos integrados de pesquisa e gestão. A integração de informações deve ser coerente com as políticas museológicas em seus diversos níveis. Por exemplo: sistema de gerenciamento de acervos museológicos, sistema de cadastro de instituições museais. • Estimular o desenvolvimento de programas, projetos e atividades de divulgação, marketing e comunicação museológica, buscando, além da integração das diversas esferas (federal, estadual e municipal), a cooperação entre museus para divulgação, gestão de documentação, formação e ação educativa dos museus.

Eixo	Sub-eixo	Proposta
CNC/ Eixo II e PNSM/Eixo I – Produção simbólica e diversidade cultural	1. Criação, produção, preservação, intercâmbio e circulação de bens artísticos e culturais	<ul style="list-style-type: none"> • Estimular programas e ações que visem a criação, a produção e preservação de bens artísticos e culturais e simbólicos por meio de linhas de pesquisa, implantação de centros de referências, parcerias com instituições de ensino e pesquisa, programas culturais e associações. • Promover encontros de museus e seus profissionais, sejam de articulação regional sejam de articulação temática, buscando assim fortalecer o reconhecimento e a ampliação de parcerias entre museus , por meio de ações conjuntas, resultando também em acordos de cooperação entre as instituições para os mais diversos fins.
	2. Educação e formação artística e cultural	<ul style="list-style-type: none"> • Estimular o exercício da função social dos museus por meio de estratégias de educação para o patrimônio, da realização de estudos de recepção de público e da construção de canais de diálogo com os distintos públicos e seus diferentes referenciais socioculturais . • Estimular parcerias entre museus, universidades e escolas técnicas para intercâmbio de informações e conhecimento por meio de programas de formação e aprimoramento profissional e pesquisa científica, bem como interfaces com as áreas de educação e turismo.
	3. Democratização da comunicação e cultura digital	<ul style="list-style-type: none"> • Promover a publicação de catálogos e guias impressos e virtuais, dando visibilidade às instituições. • Otimizar veículos e recursos de divulgação existentes e resultantes de parcerias entre museus, universidades e centros de pesquisa. • Ampliar o uso de ferramentas de ensino à distância para capacitação dos profissionais da área de museus. • Garantir a infraestrutura para que as instituições possam se articular, divulgar e promover suas ações.
	4. Valorização do patrimônio cultural e proteção aos conhecimentos dos povos e comunidades tradicionais	<ul style="list-style-type: none"> • Promover a ressignificação constante dos acervos, refletindo na requalificação dos museus, por meio de ações de aproximação, troca e compartilhamento com os povos e comunidades locais, pesquisa, produção de exposições de longa duração e temporárias e realização de ações culturais. • Incentivar a aproximação das áreas da cultura e educação para elaboração de uma agenda conjunta na capacitação de professores e educadores.

Eixo	Sub-eixo	Proposta
CNC/Eixo III – Cidadania e Direitos Culturais PNSM/Eixo II – Cultura, cidade e cidadania	1. Democratização e ampliação do acesso à cultura e descentralização da rede de equipamentos, serviços e espaços culturais, em conformidade com as convenções e acordos internacionais	<ul style="list-style-type: none"> • Abrir frentes de diálogo com outras áreas, em especial educação, mas também turismo, esporte, meio ambiente, produção científica e outras, visando a inserção da instituição museológica em processos de interesse social, buscando sinergias de atuação e colocando o museu como ponto focal de ações de reflexão crítica na comunidade em que se encontra inserido.
	2. Diversidade cultural, acessibilidade e tecnologias sociais	<ul style="list-style-type: none"> • Desenvolver mecanismos e promover debates públicos a fim de permitir a identificação da pluralidade cultural presente nos territórios. • Implantar ações de acessibilidade física, comunicacional e atitudinal visando o acesso ao espaço físico, à comunicação museológica e à formação de profissionais.
	3. Valorização e fomento das iniciativas culturais locais e articulação em rede	<ul style="list-style-type: none"> • Promover ações de reconhecimento público da qualidade de trabalhos desenvolvidos e incentivos que visem a qualificação das instituições museológicas. • Utilizar-se das tecnologias sociais como canal de participação cidadã.
	4. Formação para a diversidade, proteção e salvaguarda do direito à memória e identidades	<ul style="list-style-type: none"> • Promover ações de reflexão e inclusão, envolvendo a comunidade na qual se encontra inserido e, subsidiando assim sua própria construção ou revisão do plano museológico, que se entende como documento norteador das políticas a serem definidas para a operação do museu. • Estimular que a comunidade reconheça o museu como espaço de mediação cultural, favorecendo a noção de pertencimento e convertendo o museu em vetor de desenvolvimento socioeconômico local e regional.

Eixo	Sub-eixo	Proposta
CNC/Eixo IV – Cultura e Desenvolvimento PNSM/Eixo III – Cultura e desenvolvimento sustentável e Eixo IV – Cultura e economia criativa	1. Institucionalização de territórios criativos e valorização do patrimônio cultural em destinos turísticos brasileiros para o desenvolvimento local e regional	<ul style="list-style-type: none"> • Criar projetos em parcerias (consórcios, convênios, etc), visando economia de escala para o desenvolvimento de ações de benefício comum, como por exemplo, núcleos regionais de comunicação, exposições itinerantes, conservação e restauro, entre outros, assim como, circuitos turísticos de visitação.
	2. Qualificação em gestão, fomento financeiro e promoção de bens e serviços criativos nacionais no Brasil e no exterior	<ul style="list-style-type: none"> • Contemplar parcerias visando a formação de pessoal qualificado para atuar em museus, seja em nível técnico (ampliação dos polos de formação de técnico em museologia do Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza), seja em nível de graduação e pós-graduação, em território paulista. • Compatibilizar a demanda dos funcionários dos museus paulistas por oficinas, palestras, cursos de capacitação e estágios técnicos com a identificação de possíveis parcerias e intercâmbios entre instituições culturais e de formação nacionais e internacionais.
	3. Fomento à criação/produção, difusão/distribuição/comercialização e consumo/fruição de bens e serviços criativos, tendo como base as dimensões (econômica, social, ambiental e cultural) da sustentabilidade	<ul style="list-style-type: none"> • Elaborar projetos e implementar ações que atendam as diferentes áreas da museologia, e, os diferentes tipos de museus e acervos, seguindo os princípios técnicos e profissionais da área.
	4. Direitos autorais e conexos, aperfeiçoamento dos marcos legais existentes e criação de arcabouço legal para a dinamização da economia criativa brasileira	<ul style="list-style-type: none"> • Elaborar manuais de orientação e oficinas de capacitação na área de legislação, incluindo direitos autorais entre outros, sobre patrimônio material e imaterial.